

Diálogo IFRS e GRI para o Desenvolvimento Sustentável

Autoria: José Roberto Kassai, Helisa Ha, L. Nelson Carvalho

RESUMO

A Contabilidade brasileira foi reformulada pela Lei 11.638/2007 com foco na convergência para os *International Finance Reporting Standards* (IFRS), mas, apesar desta ação pioneira e ousada, cujos balanços contábeis brasileiros serão reconhecidos internacionalmente, surgiu um questionamento provocativo: Por que os aspectos sociais e ambientais não fazem parte dessas novas orientações e normas contábeis? Por que não aproveitar este momento e também incluir a convergência com relatórios de sustentabilidade? Motivados por este questionamento, definiu-se o escopo desta pesquisa como a possível convergência da contabilidade com as diretrizes para elaboração de relatórios de sustentabilidade da *Global Reporting Initiative* (GRI), cujo objetivo é padronizar princípios e diretrizes para elaboração de relatórios de sustentabilidade por meio de conjuntos de protocolos sobre indicadores econômicos, meio ambiente, responsabilidade pelo produto, práticas trabalhistas e trabalho decente, direitos humanos e sociedade. Esta pesquisa é de natureza exploratória e descritiva e reflete sobre ações mediatas e imediatas que possam contribuir com a realidade do desenvolvimento sustentável. Utilizou-se o método *survey* com corte transversal e uma amostra não probabilística formada por 168 pessoas que têm afinidade com o tema e que responderam a um questionário e pessoas consideradas chaves que expuseram suas opiniões, no formato de painel de especialistas, em um evento organizado na academia sob o título “Diálogo IFRS & GRI”, dentre os quais o presidente internacional da GRI, a representante da GRI no Brasil, um representante dos membros de stakeholders da GRI na América Latina e Caribe, um sociólogo especialista em ética e transparência, um ex-presidente do *International Accounting Standards Boards – IASB*, um especialista na demonstração do valor agregado, um representante do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e um consultor em relações com investidores e relatórios de sustentabilidade. Os resultados mostraram que a convergência entre a contabilidade e os relatórios de sustentabilidade deve ser feita com a intersecção de dados entre eles, as GRI serão beneficiadas pela estrutura uniformizada de coleta de dados existente na contabilidade e, no futuro, também deveriam ser obrigatórias e sujeita a auditoria. E o conjunto desses relatórios deveriam ser publicados trimestralmente e também nos sites das empresas. A maioria informou que suas empresas ainda não publicam relatórios de sustentabilidade, mas afirmou que a sustentabilidade é uma questão estratégica e deve ser considerada na missão da empresa e em todas as suas ações. Como ações imediatas, sugerem que a contabilidade possa adotar e publicar alguns indicadores da GRI, mesmo que em notas explicativas e em conjunto com a demonstração do valor adicionado. Concluindo, o consenso apurado no painel de especialista afirma: se não houver uma ação concreta por parte da contabilidade e das finanças, de nada adianta a retórica dos ambientalistas.

1. Introdução

Cada vez mais as empresas estão se defrontando com a necessidade de incorporar a responsabilidade social aos seus objetivos de lucro. A ação socialmente responsável das empresas já ultrapassou o estágio de mera tendência e a sustentabilidade vem se tornando uma visão estratégica de negócios de longo prazo que incorpora as dimensões econômica, social e ambiental, conhecido como o *Triple Bottom Line* (TBL). Com as exigências de investidores, financiadores e consumidores, as empresas são cada vez mais obrigadas a levarem em conta o impacto de suas atividades em todo seu entorno e com o conceito TBL é possível a empresa refletir sobre a necessidade de ponderar as suas decisões estratégicas em cada *bottom line*, mas não basta uma empresa se declarar ecoeficiente e socialmente responsável, é preciso

provar. Para isso, deve adotar indicadores, medi-los e apresentá-los aos tomadores de decisão (TINOCO; KRAEMER, 2004, p.254)

A contabilidade apresenta-se como importante ferramenta com a função de informar através dos demonstrativos das transações e eventos econômicos passíveis de mensuração realizadas pelas empresas. Ribeiro e Marins (1998, p.5) dizem que as demonstrações contábeis podem ser o canal adequado para tais evidências, principalmente porque nestes estão contidos todas as informações pertinentes à situação patrimonial e desempenho da empresa em um determinado período. A adição das informações sócio-ambientais viria a enriquecer tais demonstrações, como também ampliariam aos usuários os acessos à informação para avaliar a grandeza dos investimentos ambientais comparativamente ao patrimônio e aos resultados no período.

Segundo Ribeiro (2005, p.44), o papel de contador no processo de sustentabilidade tem a responsabilidade de contribuir para solucionar problemas ambientais que podem ser de três maneiras: (i) determinação dos custos (considerando em especial os custos sociais), (ii) serviço de gerência e (iii) da informação. Neste último, para evidenciar essas informações que vão além de dados econômico-financeiros, no mundo inteiro vem sendo formulado indicadores e modelos de Relatórios Sociais ou Balanço Social e, atualmente, existe uma tentativa de integração global das tendências dessas publicações através da *Global Reporting Initiative* – GRI, uma organização não-governamental internacional, que vem se destacando ao desenvolver diretrizes globais para a elaboração de relatórios de sustentabilidade com objetivo de elevar a qualidade dos relatórios sociais, focando na padronização de publicação das informações a um nível passível de comparação entre países, e o relatório vem sendo adotado de maneira voluntária entre diversos países, dentre eles o Brasil. De acordo com a organização, a finalidade de um relatório de sustentabilidade é oferecer uma descrição equilibrada e sensata do desempenho de sustentabilidade da organização relatora, incluindo informações positivas como negativas.

Paralelamente ao movimento crescente de adoção voluntária dos relatórios sociais no país, a contabilidade brasileira vem passando por grandes mudanças com a adoção de um novo padrão contábil, o International Financial Reporting Standards (IFRS), nas demonstrações financeiras das empresas brasileiras de companhia aberta e o processo de convergência das práticas nacionais contábeis aos padrões internacionais consistem em um tema contábil mais pontual e, por isso talvez, mais relevante. Com medidas governamentais, a obrigatoriedade de adotar o novo padrão se tornou a partir do ano de 2010 para empresas de capital aberto e as de capital fechado conforme as especificações, mas dentre as diversas mudanças promovidas pela Lei 11.638/07 não há normas em relação à evidenciação de informações relacionadas à sustentabilidade, o que demonstra ainda falta de comprometimento e seriedade dos governos no âmbito mundial em relação ao tema sustentabilidade corporativo.

Conforme uma entrevista realizada com o Prof. José Roberto Kassai (FEA/USP, 2010), coordenador do Núcleo de Estudos em Contabilidade e Meio Ambiente (NECMA/USP), os estudos que buscam comprovar que as empresas que adotam e reportam práticas de natureza social e ambiental possuem melhor desempenho econômico, ou maior valorização no preço de suas ações, ainda são incipientes e, por enquanto, não há nenhuma evidência forte entre sustentabilidade e saúde financeira. Mas não há como vislumbrar um futuro duradouro e próspero sem que as empresas adotem práticas que promovam um desenvolvimento sustentável, respeitando os limites e em harmonia com a natureza.

O objetivo desse artigo é buscar um diálogo entre o relatório GRI e as normas do novo padrão contábil, e a sua possível convergência no Brasil com a implantação de um novo

relatório, com o propósito de ampliar a transparência da empresa perante aos seus *stakeholders* e demonstrar a relação da contabilidade com o desenvolvimento sustentável, além da sua importância, analisando as inovações trazidas pelo GRI e IFRS perante a sua capacidade de gerar informações para os diversos agentes sócio-ambientais alertando sobre a seriedade do problema vivenciado e auxiliando na tomada de decisões que possam contribuir para a sustentabilidade ambiental, econômica e social.

2. Fundamentação Teórica

2.1 Transparência e *Accountability*

No nosso atual contexto encontramos a questão da sustentabilidade com o cenário ambiental do planeta cada vez mais em risco, vivendo a política pela ética gerada por pressões sociais, pois a força da sociedade civil se tornou um canal de pressão obrigando as empresas a cada vez mais adotarem estratégia de responsabilidade social corporativa e uma vez a empresa adotando um relatório de sustentabilidade é imprescindível haver diretrizes que explicitem a sua postura responsável, indicadores e métricas que meçam os resultados e, principalmente, o engajamento dos *stakeholders* para validar o relatório (SROUR, 2010). De acordo com Reis e Medeiros (2007) o termo *stakeholder* abrange a partes interessadas fundamentais para uma organização, são eles os investidores, proprietários, fornecedores, funcionários, clientes, comunidade local e os gestores.

Conforme a palestra administrada pelo Prof. Dr. Robert Henry Srouer (FEA/ USP, 12/5/2010), para contextualizarmos a questão da sustentabilidade devemos observar dois fatores: se os benefícios da sustentabilidade são quantificáveis e conferem vantagem competitiva aos negócios e se a contabilidade socioambiental é uma atividade autorregulatória que alavanca a credibilidade empresarial. Em ambas as situações, precisamos obter a confiabilidade nas informações fornecidas e para tal devemos nos atentar a duas exigências éticas: transparência e *accountability*.

A transparência não é só a obrigação de informar, mas o desejo de disponibilizar para as partes interessadas as informações que sejam de seu interesse e não apenas aquelas impostas por disposições de leis ou regulamentos, não devendo se restringir ao desempenho econômico-financeiro, contemplando também os demais fatores que norteiam a ação gerencial e que conduzem à criação de valor (IBGC, 2010). Srouer (2010) explica que no mundo corporativo a transparência deve conter i) compreensibilidade, através de uma linguagem clara, em formato agregado e consolidado para uma avaliação competente pelo público; ii) tempestividade, possibilitando a avaliação dos risco em tempo hábil; iii) comparabilidade dentro de um contexto universal e iv) verificabilidade.

Accountability seria a prestação de contas dos agentes de governança com os investidores em termos de autoavaliação, assumindo integralmente as consequências de seus atos e omissões (IBGC, 2010). Para Srouer, ela constitui a “razão de ser” da contabilidade e demonstra a conformidade da empresa perante as políticas e normas que a regem além do alinhamento da diretoria executiva aos propósitos do conselho administrativo.

2.2 Balanço Social

O Balanço Social surgiu com a necessidade das empresas de prestarem contas perante os seus empregados e à sociedade, de acordo com Eliseu Martins (1997):

“Esta (a empresa) consome recursos naturais (...) que são enorme patrimônio gratuito da humanidade; utiliza capitais financeiros e tecnológicos que, no fim da cadeia, pertencem a pessoas físicas e, conseqüentemente, à sociedade; também utiliza da capacidade de trabalho da sociedade, finalmente, subsiste em função da organização do Estado (...). Assim, a empresa gira em função da sociedade e do que a ela pertence, devendo, em troca no mínimo prestar-lhe contas da eficiência com que usa todos os recursos.”

E ainda conforme Ribeiro e Lisboa (1999, p.1), o Balanço Social é um instrumento de informação da empresa que “deve provar que seu custo-benefício é positivo, porque agrega valor à economia e à sociedade, porque respeita os direitos humanos de seus colaboradores e, ainda, porque desenvolve todo o seu processo operacional sem agredir o meio ambiente”.

O Balanço Social é constituído por quatro vertentes: o Balanço Ambiental, Demonstração de Valor Adicionado, Demonstração de Melhorias à Comunidade e a Demonstração de Recursos Humanos; Reis e Medeiros (2007, p.78) defendem que a sua elaboração deve possuir o “objetivo de ser uma ferramenta de diagnóstico e gestão padronizada para a apresentação de indicadores de responsabilidade social, úteis a iniciativas de interesse da sociedade”.

Não existe um padrão em escala global quanto a forma de apresentação do balanço social e ainda é de caráter voluntário, ficando a critério da empresa as informações que irá evidenciar. No Brasil temos como destaque o modelo do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), um relatório simples composta por indicadores que abrange as quatro vertentes do balanço social com objetividade, mas no presente estudo será abordado o modelo Global Reporting Initiative por ser considerado o modelo mais completo e difundido mundialmente e que vem sendo adotado pelas empresas brasileiras de forma crescente e significativa.

2.3 Diretrizes do Global Reporting Initiative

Global Reporting Initiative (GRI) é uma organização independente internacional iniciada em 1997, com sede em Amsterdã, Holanda, criada a partir da parceria entre a CERES (*Coalition for Environmentally Responsible Economy*), instituição não-governamental americana composta por organizações ambientais, e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma).

Conforme a organização, sua missão é satisfazer a necessidade de comunicar de forma clara e transparente o que se refere ao desenvolvimento sustentável elaborando relatórios de sustentabilidade com uma métrica, uma linguagem coerente e um estrutura de conceitos que possam ser compartilhada globalmente. Os propósitos do relatório, seguindo as diretrizes do GRI, são de proporcionar aos usuários: um padrão de referência e avaliação do desempenho de sustentabilidade, a demonstração de como a empresa influencia e é influenciada por expectativas de desenvolvimento sustentável e a comparação de desempenho dentro da organização e entre organizações ao longo do tempo, gerando credibilidade, consistência e comparabilidade, buscando estabelecer um padrão internacional de relatório econômico, social e ambiental. Eles mesmos definem os benefícios para a entidade relatora que seriam de fornecer “maior comparabilidade e redução de custos em sustentabilidade, fortalecimento da marca e da reputação, diferenciação no mercado, proteção contra desgaste da marca resultante das ações de fornecedores ou da concorrência, networking e comunicações.” e os principais benefícios para os usuários seriam de o relatório ser um padrão de referência, além de uma ferramenta de governança corporativa.

O relatório proposto pelo GRI é formado pelo conjunto de diretrizes para a sua elaboração e estes consistem de onze princípios para a definição do conteúdo em diferentes categorias de indicadores de desempenho. Os macros indicadores são a *Triple Bottom Line* que estão distribuídas em: econômico (Economic), ambiental (Environment), práticas trabalhistas (Labour Practices), direitos humanos (Humans Rights), sociedade (Society) e responsabilidade pelo produto (Product Responsability); no total são 79 indicadores entre essenciais e adicionais, que fornecem informações qualitativas ou quantitativas, e para cada categoria de indicador há um conjunto de protocolos para o auxílio no entendimento e cálculo do indicador e, também, suplementos setoriais para setores empresariais específicos. Fregonesi (2009, p.87) ressaltada a proximidade do GRI com a contabilidade, pois as normas contábeis do IASB são citadas como referência em diversos indicadores.

Para garantir a qualidade das informações relatadas, a empresa também deve informar qual o nível de aplicação do relatório atribuindo notas que variam de A, B e C. As diretrizes são revisadas e atualizadas a cada dois anos por meio de um processo participativo envolvendo milhares de especialistas em todo o mundo de diferentes setores da sociedade, utilizando uma abordagem de aprendizagem *multistakeholder* que visam ao consenso.

O relatório é utilizado de maneira voluntária pelas empresas que desejam fornecer tais informações e, na terceira geração do modelo (GRI-G3), ele estimula as instituições a integrarem o relatório ao processo de gestão, sendo o mais completo e mundialmente difundido de acordo com o Instituto Ethos e, atualmente, em torno de 1300 organizações em mais de 60 países declararam usar a Estrutura de Relatórios de Sustentabilidade da GRI (GRI, 2009). A divulgação do GRI no Brasil aconteceu graças a parceria entre o Instituto Ethos, GVces e BSD Consulting Brasil formando o Grupo de Trabalho (GT), sendo o primeiro parceiro da Global Reporting Initiative no mundo a ser certificado para ministrar a oficina de GRI, promovendo e disseminando as suas diretrizes. No cenário brasileiro, cerca de 300 companhias, entre abertas e fechadas, publicam relatórios de sustentabilidade e somente em 2007 as empresas vieram a adotar uma nova postura aderindo ao modelo GRI, tendo em torno de 70 empresas brasileiras que utilizam o seu padrão para a publicação do relatório. Abaixo temos um gráfico que mostra a distribuição entre os continentes:

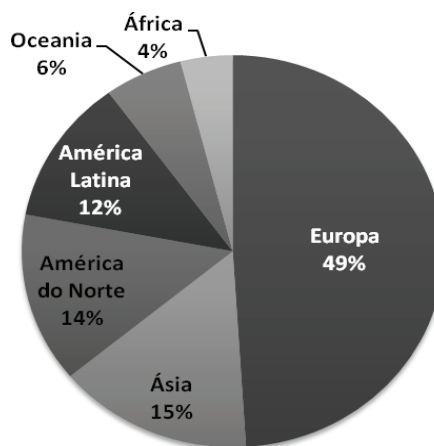


Gráfico 1 - fonte: www.globalreporting.org (2009)

2.4 Normas Internacionais de Contabilidade

Em 2001 foi criado o International Accounting Standards Board (IASB) um comitê com objetivo de padronizar as demonstrações financeiras de companhias abertas

revisando e criando normas internacionais contábeis a serem adotados, o International Financial Report Standart (IFRS), e conforme o Manual de Normas Internacionais de Contabilidade (Ernest Young & FIPECAFI) “o IASB tem o compromisso de desenvolver, no interesse público, um conjunto único de normas contábeis globais de alta qualidade, que exige informações transparentes e comparativas nas demonstrações financeiras e uso comum.”.

Embora já utilizasse as normas internacionais desde 2001, a Comissão Européia estabeleceu em 2005 a adoção obrigatória do IFRS em seus países membros e, com a globalização econômica avançando através da internacionalização do sistema financeiro, oficialmente há mais de 100 países que o utilizam. No Brasil, somente em 2007 com a aprovação da Lei n 11.638/07, adotou-se gradativamente a modernização e o alinhamento através das convergências realizadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) correlacionando os seus Pronunciamentos Técnicos com o IFRS, tornando o seu uso obrigatório nas companhias abertas a partir de janeiro de 2010.

Atualmente há 43 pronunciamentos que guiam a elaboração do novo padrão de relatório financeiro, e são claro as mudanças exigidas de um sistema brasileiro baseado em normas definidas num ambiente fiscal para um sistema fundamentado em princípios, na idéia de que a essência deve prevalecer sobre a forma, sendo menos detalhado e com ênfase no exercício do julgamento, mas que representam, adequadamente, a posição econômico-financeira das empresas (ERNEST YOUNG & FIPECAFI).

No atual cenário de mudanças significativas no mundo contábil brasileiro, a nova padronização promove vantagens em investimentos internacionais tornando a informação mais rápida e centralizada, mas também num cenário aonde a sustentabilidade vem se tornando uma questão permanente, não há normas que exigem a elaboração de relatórios de sustentabilidade corporativa, não sendo oficialmente tratado como um assunto contábil pelo IASB, pois “os relatórios sociais estão fora de seu escopo, formado apenas pelas demonstrações financeiras” (Fregonesi, apud IAS 1 2007, p.10), sendo necessário iniciativas de ONGs como o GRI para criar tais relatórios e de governos como o Brasil que, atendendo uma demanda existente, tornou obrigatório um demonstrativo de abrangência social, a Demonstração do Valor Adicionado.

2.5 Demonstração do Valor Adicionado

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 09 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela entidade e sua distribuição durante determinado período, sendo o único pronunciamento que aborda a questão social. Para Mariana Fregonesi (2009) a DVA “tem o objetivo de evidenciar quanto a empresa agrega de valor à economia, como esse valor é agregado e, especialmente, como o valor agregado é distribuído entre os fornecedores dos fatores de produção” sendo esses os empregados, os acionistas e o governo. Para os investidores e outros usuários, essa demonstração proporciona o conhecimento de informações de natureza econômica e social e oferece a possibilidade de melhor avaliação das atividades da entidade dentro da sociedade na qual está inserida (CPC 09), pois evidencia a contribuição da empresa para o desenvolvimento local.

Embora a DVA não conste no IFRS, a sua publicação tornou-se obrigatória no Brasil também com a promulgação da Lei n 11.638/07, sendo emitido o pronunciamento CPC 09 sobre a sua elaboração e estrutura, mas antes de sua obrigatoriedade, a demonstração já era adotada e publicada voluntariamente por mais de 200 empresas no país. Pelo IASB não abranger a DVA, a sua estrutura não é padronizada entre os países que a publicam e, no

Brasil, conforme Fregonesi (2009, p.84), a atual estrutura utilizada “é um rearranjo da Demonstração de Resultado do Exercício (DRE) porque todas as receitas e despesas que aparecem nesta demonstração estarão somadas também naquela”, não evidenciando claramente os investimentos socioambientais, diferente da DVA proposta pelo GRI, que inclui uma linha de investimentos na comunidade como distribuição de valor, não havendo conciliação com DRE.

Independente do padrão adotado é um grande avanço, além de ser um diferencial, o Brasil impor a divulgação da DVA, que se torna exemplo do potencial de adotarmos obrigatoriamente outras demonstrações de cunho socioambiental de acordo com a demanda exigida no contexto do nosso país.

3. Metodologia

Realizada através de pesquisa com levantamento bibliográfico e aplicação de questionário, a metodologia apresenta abordagem qualitativa denominada pesquisa exploratória, portanto, esta pesquisa é de natureza exploratória e descritiva, pois busca ampliar os horizontes das teorias e práticas contábeis e reflete sobre ações mediatas e imediatas que possam contribuir com a realidade do desenvolvimento sustentável.

As pesquisas exploratórias, segundo Gil (1999, p.45), visam proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses, tendo como objetivo principal o aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições. É de natureza exploratória quando envolver levantamento bibliográfico, análise de exemplos que estimulem a compreensão e entrevistas com pessoas que tiveram experiências com o problema pesquisado. Também possui a finalidade básica de desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias para a formulação de abordagens posteriores e esse tipo de estudo visa proporcionar um maior conhecimento para o pesquisador acerca do assunto, a fim de que esse possa formular problemas mais precisos ou criar hipóteses que possam ser pesquisadas por estudos posteriores (GIL, 1999, p. 43).

Utilizou-se o método *survey* com corte transversal e uma amostra não probabilística, portanto uma amostra não representativa da população, sendo um fator limitante para os resultados deste artigo. A pesquisa *survey*, ou enquête, pode ser descrita como a obtenção de dados ou informações sobre características, ações ou opiniões de determinado grupo de pessoas, indicado como representante de uma população alvo, por meio de um instrumento de pesquisa, normalmente um questionário (KRAEMER, 1993).

A pesquisa teve a participação de 177 pessoas com conhecimentos sobre investimentos e demonstrações contábeis, envolvendo universitários e acadêmicos de faculdades de economia, administração e contabilidade, analistas e gerentes de diversas empresas e também de pessoas que participaram do evento organizado na academia FEA/USP (maio/2010) sob o título “Primeiro Diálogo IFRS & GRI”, dentre os quais participaram o presidente internacional da GRI, a representante da GRI no Brasil, um representante dos membros de *stakeholders* da GRI na América Latina, um sociólogo especialista em ética e transparência, um ex-presidente do IASB, um especialista em DVA, um representante do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e um consultor em relações com investidores e relatórios de sustentabilidade. O questionário aplicado se encontra no ANEXO 1.

4. Análise dos resultados

A premissa para a elaboração do questionário foi de buscar entender o cenário da posição dos investidores e de potenciais investidores em relação: ao conhecimento do relatório GRI, aos relatórios de sustentabilidade e às empresas que os publicam atualmente, e à posição perante a obrigatoriedade e a padronização desses relatórios, para assim, a partir dessa três situações observar se relatórios de sustentabilidade possui uma alta demanda, quais as suas vantagens competitivas geradas para empresas na opinião do público, e se o GRI é amplamente conhecido em seu mercado, além de analisar sua aceitação e viabilidade para futuramente agregar nas demonstrações.

Dos 177 participantes, 42% investem ou já investiram na bolsa de valores enquanto 58% nunca investiram, mas na pesquisa estes foram classificados como potenciais investidores, pois 68% dos que nunca investiram estão na faixa etária de 20 a 25 anos, representando a parcela dos estudantes universitários.

Tabela 1

Faixa etária		
Menor de 20	8	5%
De 20 e 25	103	58%
De 26 a 30	27	15%
De 31 a 40	18	10%
Acima de 40	21	12%
Total	177	100%

Fonte: própria

4.1 Relatórios de sustentabilidade

Para visualizar como relatórios de sustentabilidade em geral são recebidos pelo mercado foram elaboradas questões de múltipla escolha que abordavam opiniões sobre o conteúdo dos relatórios, a importância de sua publicação, a imagem das empresas que publicam, se há uma vantagem competitiva e o quanto interfere na decisão do acionista.

Os resultados mostram que, para os participantes, as empresas publicam relatórios de sustentabilidade por uma questão de estratégia de marketing em 57%, seguido de maior transparência gerando mais valor ao acionista em 24%, revelando que a prioridade para as entidades é a sua imagem perante o seu mercado e não o comprometimento com o meio ambiente que ficou em 12%.

Tabela 2

Em sua opinião, qual a imagem de uma empresa que publica relatórios de sustentabilidade no Brasil?	
57%	Estratégia de marketing
12%	Seriedade e comprometimento com o meio ambiente
24%	Maior transparência gerando valor aos acionistas
5%	Outro

Fonte: própria

Essa questão fica mais clara com o resultado de 72% acharem que há uma vantagem competitiva publicar um relatório de sustentabilidade mesmo considerando os seus custos e de 58% se concentrarem numa escala positiva de que a publicação interfere favoravelmente em sua decisão de investir, ou seja, de que o ganho em imagem compensaria os gastos, ainda mais nesse cenário onde ainda é um diferencial ter uma postura de sustentabilidade.

Mas em relação sobre o conteúdo publicado nesses relatórios encontramos uma falta de credibilidade, pois 62% dos participantes acreditam que as empresas somente publicam dados que lhe são favoráveis gerando um relatório incompleto e 19% consideram que, por não haver uma auditoria desses relatórios, os dados publicados são incertos.

Tabela 3

Qual a sua opinião sobre as informações divulgadas nos relatórios de sustentabilidades publicados atualmente?						
6%	São dados confiáveis e completos					
61%	São dados incompletos, mostrando somente aquilo que é de interesse da empresa					
18%	São dados incertos, pois não passam por uma auditoria					
12%	Outro					
Publicar relatórios de sustentabilidade para uma empresa torna-se uma vantagem competitiva, mesmo considerando-se os seus custos de publicação?						
Dê uma nota de 1 a 6, sendo 1 pouco vantajoso e 6 muito vantajoso.						
1	2	3	4	5	6	
1%	9%	15%	22%	28%	22%	
O fato de uma empresa publicar relatórios de sustentabilidade interfere favoravelmente na sua decisão de investir na compra das ações?						
Dê uma nota de 1 a 6, sendo 1 pouco interfere e 6 é decisivo.						
1	2	3	4	5	6	
9%	7%	14%	33%	22%	13%	

Fonte: própria

4.2 GRI no mercado brasileiro

O relatório GRI mostrou ser ainda incipiente no mercado brasileiro, não havendo distinção dos outros relatórios de sustentabilidade e não sendo amplamente conhecido entre os participantes que demonstraram, em 40%, apenas conhecimento superficial, mas o resultado é compreensível se observarmos que somente em 2007 foi crescente a adoção do GRI entre as empresas brasileiras, se tornando um fato ainda recente.

No início do questionário há uma breve descrição do que é o relatório GRI seguido da questão sobre a importância das empresas de capital aberto divulgarem relatórios de sustentabilidade de acordo com as diretrizes do GRI e as respostas mostram como o conhecimento do que é o relatório interfere favoravelmente na opinião do público, delatando o problema da falta de conhecimento gerado por uma divulgação ainda insuficiente.

Tabela 4

Você conhece o relatório de sustentabilidade GRI (Global Reporting Initiative)?						
21%	Sim					
40%	Só conheço superficialmente					
37%	Não					
Você considera importante que as empresas de capital aberto divulgue relatórios de sustentabilidade de acordo com as diretrizes da GRI?						
Dê uma nota de 1 a 6, sendo 1 não importante e 6 muito importante.						
1	2	3	4	5	6	
0%	1%	7%	20%	30%	41%	

Fonte: própria

4.3 Padronização e obrigatoriedade

Nas questões que abordam a receptividade sobre padronização e obrigatoriedade de um relatório de sustentabilidade para as empresas brasileiras de capital aberto podemos analisar que 91% consideram importante uma padronização dos relatórios mesmo havendo potenciais problemas do padrão não ser adequado para todos os tipos de indústria, e que o principal benefício seria a comparabilidade dos dados publicados; e 68% concordam com a obrigatoriedade da publicação contra 33% que defendem que deve ser escolha da empresa.

Numa outra questão, desta vez sobre o GRI, 81% concordam que o seu modelo deve ser obrigatório mesmo que parcialmente, adotando somente algumas de suas diretrizes, elevando o número de pessoas favoráveis a obrigatoriedade após obterem informações sobre o relatório GRI, embora as opiniões sobre os aspectos do formato obrigatório sejam divergentes com 50% de que esses indicadores devem fazer parte do conjunto das demonstrações contábeis. Entre as principais vantagens de ser obrigatória a publicação, além da comparabilidade em 31%, está a mudança no comportamento das empresas com 29%, adotando atitudes sustentáveis para divulgar índices favoráveis e, assim, agindo de maneira efetiva na questão socioambiental.

Tabela 5

Qual a sua opinião sobre publicação de relatórios de sustentabilidade em relação às empresas de capital aberto?

- 33% Deve ser escolha da empresa em elaborar e publicar
- 65% Deve ser obrigatória sua elaboração e publicação para essas empresas
- 1% Não vejo necessidade em sua publicação

O relatório GRI deve ser obrigatório para as empresas de capital aberto, mesmo que parcialmente?

- 41% Sim, todo o relatório GRI
- 40% Sim, mas somente algumas de suas diretrizes
- 17% Não

É importante que haja uma padronização dos relatórios de sustentabilidade divulgadas pelas empresas?

- 87% Sim, pois assim há comparabilidade
- 8% Não, pois pode não ser adequado para todos os tipos de empresa
- 4% Não importa, pois não há auditoria dos dados

Para você, qual seria a maior vantagem se for obrigatório e houver uma padronização dos índices de sustentabilidade nos demonstrativos contábeis?

- 31% Deixa de ser uma estratégia de marketing
- 15% Enfoque na evolução do desenvolvimento sustentável como um todo
- 29% Comparabilidade na análise dos dados entre empresas
- 18% Mudança no comportamento das empresas com atitudes sustentáveis para divulgar índices favoráveis
- 5% Outro

Supondo uma intersecção entre GRI com os demonstrativos contábeis atuais, penso que:

- 50% Alguns indicadores da GRI devem fazer parte do conjunto das demonstrações contábeis
- 23% É suficiente se alguns dos indicadores aparecerem em notas explicativas
- 25% Os relatórios devem ser distintos e independentes

Fonte: própria

5. Conclusão

Os resultados da pesquisa mostraram-se favoráveis a integração dos relatórios contábeis e de sustentabilidade, com a aproximação entre as diretrizes das IFRS e das GRI, e como argumento principal de que esse “diálogo” poderá proporcionar uma melhor padronização nos modos operandi e favorecer maior confiabilidade e comparabilidade das informações com abrangência de triple bottom line.

Outro ponto a ser observado é a resposta da maioria dos participantes que responderam que empresas que publicam relatórios de sustentabilidade atualmente ganham preferência no momento do investimento; essa informação ganha importância e relevância como mostra o Pronunciamento Técnico da Estrutura Conceitual (CPC, 2008, p.26) que aborda a questão da relevância dos dados publicados e também em relação aos cenários de mudanças climáticas globais discutidos neste início de século XXI.

O presente trabalho relatou uma iniciativa realizada no meio acadêmico e contou com as respostas dos questionários recebidos e de opiniões de atores do cenário atual e que estão fortemente envolvidos nas questões desta investigação, a exemplo das iniciativas do International Integrated Reporting Committee (IIRC), criado em julho de 2010 e de membros dos órgãos normativos contábeis no Brasil. Trata-se de uma meta ousada e difícil, mas fundamental para que se mude a forma de reportar os resultados de uma empresa,

evidenciando não apenas os aspectos econômicos, mas também aspectos sociais, ambientais e culturais.

6. Referências Bibliográficas

FREGONESI, Mariana S.F.A. **Investimentos socioambientais na Demonstração do Valor Adicionado: formação ou distribuição do valor adicionado?** Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo: Dissertação de Mestrado, 2009.

FUNDAÇÃO BRASILEIRA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (FBDS). **Sustentabilidade Corporativa. O planeta já pensa assim. E sua empresa?** Disponível em: <http://www.fbds.org.br/article.php3?id_article=65> Acesso em: 5/06/2010

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS CONTÁBEIS, ATUARIAIS E FINANCEIRAS (FIECAFI). **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações**. 7.ed., São Paulo: Atlas, 2007.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

LIMA, D. V. de; VIEGAS, W. **Tratamento contábil e evidenciação das externalidades ecológicas**, São Paulo: Revista Contabilidade e Finanças, n. 30 p. 46-53, set/dez. 2002.

MARTINS, Eliseu. **Balço Social – idéia que merece permanecer**, São Paulo: Gazeta Mercantil - Caderno A, p.3, 18/30/97.

MOTTA, R. S., **Contabilidade Ambiental: Teoria, metodologia e estudos de casos no Brasil**. São Paulo: IPEA, 1995.

REIS, C.N. ;MEDEIROS, L.E. **Responsabilidade Social das empresas e Balço Social: meios propulsores do desenvolvimento econômico e social**, São Paulo: Atlas, 2007.

RESOLUÇÃO CFC Nº. 1.138/08, CPC 09 - **Demonstração do Valor Adicionado**, 2008.

RESOLUÇÃO CFC Nº. 1.121/08, **Pronunciamento Conceitual Básico - Estrutura Conceitual**, 2008.

RIBEIRO, M. S. **Contabilidade e Meio Ambiente** - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo: Dissertação de Mestrado, 1992.

RIBEIRO, M.S.; LISBOA, L.P. **Balço social: instrumento de divulgação da interação da empresa com a sociedade**, Rio de Janeiro: Anpad, 1999.

RIBEIRO, M.S.; MARTINS, Eliseu. **Ações das empresas para a preservação do meio ambiente**. São Paulo: Boletim nº 415 p. 3-4 da ABRASCA – Associação Brasileira das Companhias Abertas, 28/09/98.

SANTOS, Ariolvido dos. **Demonstração do valor adicionado: como elaborar e analisar a DVA – 2.ed.** São Paulo: Atlas, 2007.

SROUR, R.H. **Ética, transparência e prestação de contas**. São Paulo: palestra ministrada no evento “Diálogo IFRS x GRI” – NECMA/USP, 12/05/2010.

SUCUPIRA, J.A. **Ética nas empresas e balanço social**. In: SILVA, C.A.T.; FREIRE, F.S. (Org.). **Balanço social: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2001.

TINOCO, J. E. P.; KRAEMER, M. E. P. **Contabilidade e gestão ambiental**. São Paulo: Atlas, 2004.

ANEXO 1 – Questionário

Questionário sobre Relatórios de Sustentabilidade

Faixa etária

- Menor de 20
- Entre 21 e 25
- Entre 26 e 30
- Entre 31 e 40
- Acima de 40

Área de atuação: _____

1. Você investe na bolsa de valores?

- Sim
- Não

2. Qual a sua opinião sobre publicação de relatórios de sustentabilidade em relação às empresas de capital aberto?

- Deve ser escolha da empresa em elaborar e publicar
- Deve ser obrigatória sua elaboração e publicação para essas empresas
- Não vejo necessidade em sua publicação

3. Você conhece o relatório de sustentabilidade GRI (Global Reporting Initiative)?

- Sim
- Só conheço superficialmente
- Não

Global Reporting Initiative (GRI)

O GRI busca estabelecer um padrão internacional de relatório econômico, social e ambiental, satisfazendo a necessidade de comunicar de forma clara e transparente o que se refere ao desenvolvimento sustentável elaborando relatórios de sustentabilidade com uma métrica, numa estrutura de conceitos e diretrizes que possa ser compartilhada globalmente. Cerca de 1300 organizações em mais de 60 países declaram usar a Estrutura de Relatórios de Sustentabilidade da GRI, sendo o relatório mais difundido e o mais completo.

4. Você considera importante que as empresas de capital aberto divulgue relatórios de sustentabilidade de acordo com as diretrizes da GRI? Dê uma nota de 1 a 6, sendo 1 não importante e 6 muito importante.

1 2 3 4 5 6

5. O relatório GRI deve ser obrigatório para as empresas de capital aberto, mesmo que parcialmente?

- Sim, todo o relatório GRI
 - Sim, mas somente algumas de suas diretrizes
 - Não
6. Supondo uma intersecção entre GRI com os demonstrativos contábeis atuais, penso que:
- Alguns indicadores da GRI devem fazer parte do conjunto das demonstrações contábeis
 - É suficiente se alguns dos indicadores aparecerem em notas explicativas
 - Os relatórios devem ser distintos e independentes
7. Qual a sua impressão sobre relatórios de sustentabilidade publicados no Brasil?
- Pouco expressivo
 - Em crescimento
 - Suficientes
8. O fato de uma empresa publicar relatórios de sustentabilidade interfere favoravelmente na sua decisão de investir na compra das ações? Dê uma nota de 1 a 6, sendo 1 pouco interfere e 6 é decisivo.
- 1 2 3 4 5 6
9. Qual a sua opinião sobre as informações divulgadas nos relatórios de sustentabilidades publicados atualmente?
- São dados confiáveis e completos
 - São dados incompletos, mostrando somente aquilo que é de interesse da empresa
 - São dados incertos, pois não passam por uma auditoria
 - Outro
10. Publicar relatórios de sustentabilidade para uma empresa torna-se uma vantagem competitiva, mesmo considerando-se os seus custos de publicação? Dê uma nota de 1 a 6, sendo 1 pouco vantajoso e 6 muito vantajoso.
- 1 2 3 4 5 6
11. Em sua opinião, qual a imagem de uma empresa que publica relatórios de sustentabilidade no Brasil?
- Estratégia de marketing
 - Seriedade e comprometimento com o meio ambiente
 - Maior transparência gerando valor aos acionistas
 - Outro
12. É importante que haja uma padronização dos relatórios de sustentabilidade divulgadas pelas empresas?
- Sim, pois assim há comparabilidade
 - Não, pois pode não ser adequado para todos os tipos de empresa
 - Não importa, pois não há auditoria dos dados

13. Para você, qual seria a maior vantagem se for obrigatório e houver uma padronização dos índices de sustentabilidade nos demonstrativos contábeis?
- Comparabilidade na análise dos dados entre empresas
 - Deixa de ser uma estratégia de marketing
 - Mudança no comportamento das empresas com atitudes sustentáveis para divulgar índices favoráveis
 - Enfoque na evolução do desenvolvimento sustentável como um todo
14. Coloque os itens abaixo em ordem de maior importância para de menor importância, os fatores mais decisivos para o investimento em uma empresa:
1. Rentabilidade
 2. Governança Corporativa
 3. Cenário econômico favorável
 4. Política Sócio-ambiental